



Jornal Notícias 05-09-2013	Periodicidade: Diário	Temática: Banca/Seguros
	Classe: Informação Geral	Dimensão: 1179
	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
	Tiragem: 110603	Página (s): 1/28/29

ECONOMIA

**Santander leva
caso dos swaps
da Metro do Porto
para Tribunal**

//AS
BAIXAS
ATÉ AO
MOMENTO

Joaquim Pais Jorge
Optou por se demitir do Tesouro, após acusações de ter tentado vender produtos para mascarar a dívida.

Paulo Braga Lino
Foi demitido de secretário da Defesa, por ter passado pela Metro do Porto, onde assinou 15 contratos swaps.

Juvenal Silva Peneda
Contratos swaps na Metro do Porto e STCP valerão-lhe o saída da Secretaria da Administração Interna.

Banco quer esclarecer “falsas informações” nos contratos do Metro do Porto

● **Exige** também uma indemnização

SANTANDER PROCESSA ESTADO NOS SWAPS

André Cabrita Mendes
andre.mendes@dinheirovivo.pt

O banco Santander Totta avançou com um processo administrativo contra o IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública e o Ministério das Finanças, no âmbito dos swaps do Metro do Porto.

O objetivo da ação, que deu entrada no Tribunal Administrativo de Lisboa e foi divulgado ontem, é a correção de “informação errada” contida num relatório elaborado pelo IGCP relativa a um contrato swap celebrado pelo Santander e o Metro do Porto em janeiro de 2007.

Segundo o documento da ação judicial, a que o “JN/Dinheiro Vivo” teve acesso, a instituição liderada por António Vieira Monteiro aponta que o relatório do IGCP “faz passar a ideia” de que o Santander teria celebrado um contrato swap com o Metro do Porto “do qual teria resultado, no primeiro dia de vigência, um ganho, para o banco, de 100 milhões de euros”.

No entanto, a instituição esclarece que, “na verdade, o ganho contabilizado foi de 9,5 milhões de euros, ou seja manifestamente inferior ao avançado no relatório do IGCP”, diz o documento.

O Santander considera assim que, desta forma, foi criada “uma suspeita infundada” sobre a instituição e os produtos que comercializa, gerando “graves danos reputacionais”.

Após a deteção do erro, o Santander confrontou o IGCP, tendo este sido “expressamente reconhecido” embora “à porta fechada”, durante uma reunião realizada a 17 de junho. Posteriormente, o organismo liderado por João Moreira Rato e o Santander procederam à troca de várias cartas, mas o “IGCP recusou-se a proceder à solicitação (e devida) correção”, alega o banco.

O Santander vem agora exigir perante a justiça, ao IGCP e ao Ministério das Finanças, a correção do erro no relatório e a publicação do mesmo corrigido. Mais, o banco de António Vieira Monteiro exige também o pagamento de uma indemnização pelos “graves danos reputacionais” causados à instituição.

Este é apenas o episódio mais recente na troca de acusações entre o Ministério das Finanças e o banco Santander no âmbito dos contratos swaps.

Em fevereiro de 2012, uma responsável do IGCP, Sofia Torres, alertou Maria Luís Albuquerque, a atual ministra das Finanças e então secretária de Estado do Tesouro, para os swaps contratados ao Santander pelas empresas públicas, considerando-os como “as piores transações” que já tinha visto, noticiou a agência Lusa no final do mês de julho.

O Metro do Porto tentou, em 2009, renegociar os swaps contratados ao Santander, mas o banco mostrou-se indisponível, avançou ontem a Lusa, que teve acesso a emails da empresa de transportes públicos portuense recolhidos pela Inspeção-Geral das Finanças.

Segundo o Ministério das Finanças, o Santander Totta foi o único banco com o qual não foi possível chegar a qualquer entendimento para cancelar os contratos de gestão de risco financeiro considerados lesivos para o Estado. ●



Risco do financiamento do Metro do Porto gera polémica

POUPADOS 840 MILHÕES EM 13 CONTRATOS

41

contratos foram fechados pelo IGCP até julho

No total, e de acordo com os números fornecidos à comissão parlamentar, o IGCP fechou até julho 41 contratos. Mas, desse total, apenas 13 implicavam perdas para o Estado. Os restantes 28 tinham saldo positivo, o que quer dizer que os bancos é que tinham de pagar ao Estado. No total, do cancelamento desses contratos resultou um saldo positivo de 839,557 milhões de euros.

Acordos cancelados eram todos do tipo de mais simples cobertura

Todos os contratos cancelados pelo IGCP eram “vanilla swaps” (o tipo mais simples de cobertura de taxa de juro) e, segun-

do a informação disponibilizada, foram terminados exatamente pelo valor de mercado à data de cancelamento.

Conseguidos acordos com quase todos os bancos

O fecho de sete contratos swaps sobre dívida pública com o banco de investimento francês Calyon (do grupo Crédit Agricole) foi o que mais rendeu ao Estado, ao atingir 396,891 milhões de euros. O Estado conseguiu acordo com todos os bancos com os quais negociou, à exceção do Santander.

169

milhões nas empresas que não contam para o cálculo do défice

O valor que as empresas públicas que não estão incluídas no perímetro orçamental, ou

seja que não contam para o défice orçamental diretamente, gastaram para cancelar contratos swaps foi de 169 milhões de euros.

1008

milhões de euros de pagamentos totais pelas empresas públicas

No total, da informação conhecida até ao momento, e além dos cancelamentos do IGCP, as empresas públicas pagaram 1008 milhões de euros para anular 69 contratos com nove bancos com perdas potenciais de 1500 milhões de euros.

Perdas potenciais ainda ascendem a 1500 milhões de euros

Sobram ainda 1500 milhões de euros em perdas potenciais, tendo em conta o total inicialmente apurado pela investigação aos contratos swaps.

Silva Rodrigues aponta

O ANTIGO presidente da Caris acusou o Governo de Passos Coelho de ter transformado os contratos de gestão de risco financeiro num “processo político” e considera ter sido um bode expiatório de todo o processo. “O que aconteceu foi ter sido tomada a decisão pelo Governo de transformar os swaps num processo político”, disse ontem José Silva Rodrigues

na comissão parlamentar de inquérito aos contratos de gestão de risco financeiro por empresas do setor público. O gestor sublinhou que a Caris foi auditada tanto pelo Tribunal de Contas como pela Inspeção-Geral de Finanças e que nunca foram levantadas questões sobre os swaps, que considera serem simples instrumentos de gestão financeira com uma taxa de juro

fixa e não variável. “Cada um dos quatro contratos celebrados teve apenas como objetivo proteger a empresa e o seu acionista, o Estado”, disse. O antigo responsável da empresa de transportes públicos relembrou que foi elogiado em março, durante a assembleia geral da empresa, pelo Executivo de Passos Coelho, apenas poucos meses antes de ser demitido. “Neste en-

José Silva Rodrigues

Presidia à administração da empresa de transportes de Lisboa. Assinou contratos swaps e foi exonerado.

João Vale Teixeira

Contratou, na EGREP, swaps que terão custado aos contribuintes mais de 120 milhões. Foi exonerado.

Paulo Magina

Envolvimento nos swaps quando era vogal da administração da ESPAP ditou a sua exoneração.



LEONEL DE CASTRO / GLOBAL IMAGES / METRO DO PORTO

EMPRESAS PÚBLICAS // PERDAS FINANCEIRAS

	DÍVIDA DAS EMPRESAS milhares de euros (m€) - 4.º tri. 2012	PERDAS POTENCIAIS COM AS SWAP (m€)	PERDAS EM % DA DÍVIDA
REFER	6 962 328	28 722	0,4%
Parpública	4 955 442	38 001	0,8%
Metro de Lisboa	4 186 309	1 240 675	29,6%
CP	3 637 063	135 181	3,7%
Estradas de Portugal	2 963 706	14 195	0,5%
Metro do Porto	2 723 497	889 658	32,7%
TAP	861 656	1 680	0,2%
Carris	734 585	120 142	16,4%
Águas de Portugal	600 000	59 680	9,9%
ANA	501 597	4 217	0,8%
STCP	370 662	112 930	30,5%
EGREP	366 567	185 733	50,7%
Transtêjo	161 673	5 443	3,4%
Porto de Lisboa	126 675	3 213	2,5%
SIMAB	23 000	1 344	5,8%

TOTAL DA DÍVIDA: **29,1** mil milhões de euros

2,8 mil milhões de euros
PERDAS POTENCIAIS COM AS SWAP
Valor total antes das intervenções nos contratos

o dedo ao Governo

quadramento, é pertinente a pergunta: o que aconteceu, neste curtíssimo período de tempo, que fez alterar radicalmente, a posição do Governo?", questionou Silva Rodrigues que liderou a Carris durante 10 anos entre 2003 e 2013.

"Por estranho que possa parecer, o assunto nunca foi discutido comigo, enquanto presidente, como seria ex-

pectável, tendo havido apenas duas breves reuniões com a então secretária de Estado do Tesouro, hoje ministra das Finanças", revelou. "A Carris não cometeu nenhuma ilegalidade, não omitiu nada, não escondeu informação. Esteve sempre tudo em cima da mesa", disse. "Houve a necessidade de encontrar uns responsáveis, uns gestores públicos, uns se-

cretários de Estado". O Governo decidiu demitir Silva Rodrigues a 6 de junho, juntamente com os gestores João Vale Teixeira da EGREP e Paulo Magina da CP, empresas públicas que também contraíram contratos de gestão de risco financeiro. Os secretários de Estado Juvenal da Silva Peneda e Braga Lino foram igualmente demitidos dos seus cargos. ●